

Católicos em ação: Imprensa Católica Militante – Fortaleza: 1922-1930

FRANCISCA RAFAELA PARGA¹

Igreja e Estado na Primeira República

No Brasil da década de 1920, diversos segmentos sociais buscaram maior espaço na vida pública e contestaram de forma direta ou indireta a excludente ordem liberal-oligárquica vigente. Os movimentos contestatórios, longe de representarem casos pontuais, atingiram todo o país e englobavam as classes populares, as camadas médias e segmentos dos setores dominantes. Representavam desejos de uma reforma institucional em um regime político comandado por oligarquias há mais de três décadas.

O panorama político da Primeira República era tenso, pontuado por agitações. Os processos eleitorais eram tumultuados, marcados por fraudes e coerção do eleitorado, onde os presidentes mantinham-se no poder em um quadro de grande instabilidade política. Os dois últimos (Artur Bernardes e Washington Luís). É neste cenário politicamente instável e conturbado que o presente trabalho destaca a mobilização de segmentos católicos em defesa de um projeto político que contemplasse as demandas da Igreja, tendo em vista que a Proclamação da República em 1889 trouxe significativas mudanças no relacionamento entre os poderes temporal e espiritual no Brasil. Após mais de três séculos de vinculação, um decreto do então Governo Provisório instituiu a separação oficial entre a Igreja² e o Estado.

Com a promulgação da constituição republicana de 1891, uma série de atribuições que até então estavam sob a incumbência da Santa Sé foram assumidas pelo Estado brasileiro, a partir de então sob a orientação do liberalismo laico. Embora a equiparação do catolicismo aos outros credos e a neutralidade religiosa do Estado fossem queixas recorrentes por parte do clero católico nacional, a separação deu à Igreja maior liberdade de ação em relação àquela que desfrutava no Império. Para Júlia Miranda, o Estado laico apresentava para a comunidade eclesial brasileira uma dupla tarefa:

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará e bolsista CAPES.

² O entendimento de Igreja usado neste trabalho, diz respeito às hierarquias desta organização religiosa, que elaboravam o discurso oficial e hegemônico. O que não significa que no interior do clero esse discurso fosse homogêneo e não sofresse contestações.

Primeiramente ela deveria assumir essa separação, com todo ônus advindo, tanto no que se refere à perda de prestígio, quanto à crise econômica então gerada. Em segundo lugar, impunha-se-lhe a busca, agora fora da tutela do Estado, de um espaço próprio para atuação junto à sociedade brasileira. (MIRANDA, 1987:23)

As mudanças na legislação atingiram, sobretudo, a hierarquia católica, que durante toda a Primeira República pleiteou o retorno de valores do catolicismo à Administração Pública. O relacionamento entre Igreja e Estado neste período foi marcado por negociações e conflitos, distanciamentos e aproximações.

Uma vez que a separação entre a Igreja e o Estado um fato consumado, as iniciativas para se reaproximar do poder temporal não tardaram a se efetivar já nos primeiros anos após Proclamação da República. Desta forma, ainda que tivessem como base a Carta Magna de 1891, cada estado desenvolveu uma política religiosa com características particulares (LUSTOSA, 1991:28). Cabe assinalar, entretanto, que bispos e arcebispos procuraram, na medida do possível, estabelecer uma articulação nacional em suas ações. Como marco inicial dessa proposta, o episcopado brasileiro lançou uma Carta Pastoral coletiva em 1891 expressando sua preocupação com o estabelecimento do caráter laico do Estado.

Segundo os segmentos católicos, a saída estaria em uma “reespiritualização do Estado” (BEIRED, 1999:20) através do fim do laicismo, com a mudança de postura da República frente à religião, uma vez que as crises seriam fruto de uma degeneração moral causadas pelo afastamento do catolicismo. E na instauração de um governo forte, com autoridade suficiente para debelar as rebeliões internas e fazer frente à ameaça comunista. O Estado, através do saneamento de suas instituições, era considerado um espaço fundamental para concretizar a superação da crise. Urgia também apontar exemplos onde os distúrbios sociais foram superadas em consonância com os valores da religião católica.

À época, agitações políticas varriam a Europa e América Latina e era um tema central nos debates da direita. A disseminação de um pensamento autoritário no Brasil, diretamente ligado à crise do modelo liberal-oligárquico e à ascensão de ideologias libertárias. Embora a crise fosse um fenômeno global é importante assinalar as condições particulares do caso brasileiro, que possibilitou a construção de um discurso específico, tanto para explicar a crise quanto para apresentar as soluções.

Atuação da hierarquia eclesiástica

A relação entre Igreja e Estado, longe de representar uma simples dicotomia, era complexa e multifacetada. Vários clérigos integraram-se à Administração Pública e exerceram cargos políticos. A despeito da neutralidade religiosa, não era raro que alguns políticos e outras figuras públicas fizessem abertas demonstrações de sua fé católica. O Estado, mesmo adotando o laicismo do ponto de vista jurídico, não podia prescindir do apoio da Igreja em determinadas instâncias.

A plasticidade da Igreja em sua relação com as autoridades civis fez com que ela conseguisse se expandir e se organizar do ponto de vista da administração eclesiástica. Sérgio Miceli aponta um significativo crescimento de dioceses na Primeira República, evidenciando que a política organizacional da Igreja foi marcado por uma estadualização, à semelhança do regime federativo em curso, que concedia ampla autonomia aos gestores estaduais. A política de barganha e de concessão de favores mútuos era muito mais efetiva no nível estadual, onde cada bispo buscava entendimento com os mandatários locais.

As duas primeiras décadas do regime republicano constituíram um momento particularmente crítico para a Igreja católica brasileira. Tendo que enfrentar movimentos sociais da magnitude de Juazeiro, Canudos e Contestado, e encontrar soluções viáveis para manutenção e expansão de suas instituições, os dirigentes eclesiásticos viram seus esforços condicionados, quer pela necessidade de negociar fórmulas de acomodação com as elites oligárquicas, quer pelas diretrizes impostas pela política pontifícia de “romanização” nas regiões periféricas. (MICELI, 2009:135)

Convém destacar que desde o século XIX a Igreja se empenhava em levar à frente o projeto romanização, que Jacqueline Herman define com uma tentativa de moralização do clero e de reforçar a hierarquia da Igreja (HERMAN, 2003:124)

No Ceará, a romanização teve início no episcopado de Dom Joaquim José Vieira, em fins do século XIX. Dom Manoel da Silva Gomes, que assumiu o posto em 1912, deu prosseguimento à obra de seu antecessor, intensificando-a. Em 1915, o então Bispado do Ceará foi elevado à categoria de Arcebispado, com a criação da Arquidiocese de Fortaleza e das Dioceses sufragâneas do Crato e de Sobral. Pinheiro define o Ceará como “área de romanização por excelência”, pois fiel aos

direcionamentos do Vaticano e com um clero predominantemente conservador. (PINHEIRO, 1997:200)

Os anos de 1920 marcaram uma nova etapa para a ação da hierarquia católica no intuito de recuperar parte a influência política perdida com o advento da República e combater o laicismo oficial. Nesse período, cabe salientar a figura de D. Sebastião Leme, Arcebispo de Rio de Janeiro, como figura de destaque na mobilização dos católicos.

Bispos organizaram grandiosas manifestações populares, a exemplo do Congresso Eucarístico Nacional, realizado no Rio de Janeiro em 1922 e a trasladação da imagem de Nossa Senhora Aparecida, aclamada Padroeira do país, com o intuito de demonstrar a força da mobilização do povo católico. (DIAS, 1996:109-119)

Além de servir como mecanismo de pressão aos mandatários da Nação, estas iniciativas tinham como objetivo despertar a população brasileira - cuja a grande maioria era católica - da letargia e do comodismo para, juntamente com o clero, assumir uma postura de defesa de sua fé. Em sintonia com esta proposta, a religião deveria pautar não somente a vida particular dos indivíduos, mas servir de guia para uma conduta política. D.Leme denunciava a indiferença e a quase ausência católicos na condução da política nacional em carta pastoral escrita em 1916, quando era Arcebispo de Olinda:

Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, Governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo?...somos uma maioria que não cumpre seus deveres sociais...somos pois uma maioria ineficiente. Eis o grande mal. (MOURA, ALMEIDA, 2006:365)

O Padre Júlio Maria, em 1922, queixava-se da passividade da comunidade católica brasileira, que em muitos sentidos contrastava com a vigorosa ação católica em curso em alguns países da Europa.

Que nos falta então? Falta-nos o que abundou nos católicos alemães para o combate. O clero e os católicos alemães conheciam, para fazer frente ao déspota, as grandes armas que brandiram e com que venceram: o jornal, o livro, a conferência, o congresso os *meeting*, a representação. Nós, porém, clero e católicos brasileiros, para melhorar o nosso estado social e religioso, de que recurso dispomos? Só e tão-

somente de um: a lamentação. Vivemos chorando os males da pátria, que, entretanto, só precisa de uma profunda e enérgica reação religiosa. (MARIA, 1981: 124-125)

Uma das ações mais incisivas para reverter este quadro desfavorável consistiu em fortalecer o movimento leigo, através da criação de associações civis católicas, com o objetivo de fomentar na população o exercício de um catolicismo militante que transcendesse a prática da religiosidade doméstica. Como marco simbólico dessa proposta, em 1922 foi no Rio de Janeiro o Centro D. Vital, espaço de debates que aglutinou a intelectualidade católica nacionalista, conservadora e contra-revolucionária, cujo trabalho serviu de referência para todo Brasil.

O Papa Pio XI lançou a encíclica *Urbi Arcano dei Consigli*, em 1922 tida como marco do movimento leigo católico. De acordo com a missiva papal, a redenção física e moral deveria ser encampada pela união entre o clero e o laicato em obras de caráter social. Com o aval do Sumo Pontífice, o movimento ganhou ainda mais força.

No Ceará, destacou-se o trabalho de D. Manuel da Silva Gomes, Arcebispo de Fortaleza. Durante seu episcopado (1912-1941) várias associações católicas atuaram em Fortaleza o Círculo de Operários Católicos São José, a União dos Moços Católicos, a Liga das Senhoras Católicas, o Dispensário dos Pobres, a Liga Franciscana, o Círculo Católico de Fortaleza, entre outras. O movimento leigo foi bastante heterogêneo e abrangente em sua atuação e composição, agregando trabalhadores, jovens, mulheres, intelectuais e profissionais liberais.

Jornais confessionais: uma imprensa militante

A partir dos anos 20, foram criados vários periódicos católicos³ em diversos estados da federação, cujo objetivo era disseminar o pensamento da hierarquia eclesiástica e mobilizar a população para que esta, juntamente com o clero, assumisse uma postura de defesa do catolicismo. Também foram idealizados como uma ofensiva contra a chamada “má imprensa”, como eram classificados os jornais liberais,

³ É importante destacar que a existência de periódicos católicos datava do século XIX, como os cearenses “Tribuna Católica” e “A verdade”.

libertários ou vinculados a outras confissões religiosas. Sobre jornais católicos, Aline Coutrot pontua:

[...] são órgãos militantes, que querem fazer a mensagem cristã penetrar nas realidades do mundo contemporâneo [...] a influência da imprensa confessional é tanto maior na medida em que seus leitores são em geral fiéis, na maioria assinantes, e que o coeficiente de difusão é elevado. (COUTROT, 1996:348)

Com essa proposta, atuaram em Fortaleza dois diários católicos: *O Nordeste* e o *Correio do Ceará*. Ambos foram fundados sob a influência do líder da Igreja no Ceará, D. Manoel da Silva Gomes e serviram de importante meio para as hostes católicas reivindicarem maior espaço para o catolicismo na vida pública e criticarem o sistema político vigente. As duas publicações aglutinaram importantes intelectuais da cidade, seja no quadro permanente das redações ou na condição de colaboradores.

Em um cenário em que segmentos católicos buscavam maior espaço na vida pública, havia a consciência da importância dos meios de comunicação para alcançar e influenciar a opinião pública. Em 1921 foi criada a revista *A Ordem*, que pode ser considerada a mais importante publicação católica da época, sob a direção de Jackson Figueiredo, diretor do Centro D. Vital e um dos mais representativos intelectuais católicos do período, cujo pensamento teve grande influência sobre seus pares cearenses.

Para Oscar Lustosa, a proliferação de folhas confessionais que defendiam a causa católica está intrinsecamente ligada à situação política da Igreja.

[...] a Imprensa, sobretudo os periódicos, foi o canal privilegiado, utilizado bem ou mal pela hierarquia e pelos católicos, para defender a fé e os costumes, para reivindicar direitos, para lutar contra os adversários e, em uma palavra, para **informar** e **formar**. (LUSTOSA, 1983:8)

Diferentemente das folhas católicas que circulavam no século XIX e do início do século XX, essa nova leva de gazetas confessionais teve que se adaptar ao jornalismo hodierno para atrair os leitores e, de certa forma, dar maior credibilidade aos empreendimentos católicos, distanciando-se do simples proselitismo religioso.

A dicotomia entre uma suposta “boa” e uma “má” imprensa era uma constante nas folhas católicas. A proposta era travar um embate com as publicações anticlericais, anarquistas, socialistas, ou folhas vinculadas a matizes ideológicas contrárias à Igreja. Sobre este intento dos jornalistas católicos, Júlia Miranda comenta: “Contra essa má imprensa cabe aos fiéis não fazer assinaturas de jornais irreligiosos, não anunciar neles [...] Por outro lado, cumpre-lhes o dever de auxiliar financeiramente e propagar a boa imprensa”. (MIRANDA, op.cit.:5). Os periódicos são um exemplo de como a Igreja ao mesmo tempo em que condenava alguns elementos da modernidade, apropriou-se deles para divulgar seu projeto político. Na maior parte das vezes, essa dualidade resvala para o maniqueísmo e deixava transparecer a atmosfera de disputas ideológicas e de projetos políticos da época. O jornalismo católico estava em franca disputa com seus pares não-católicos.

Tentar dimensionar o papel de uma publicação em um contexto social onde predominavam iletrados é um desafio. Afinal, qual o alcance de um meio de comunicação escrito em uma cidade onde a maioria de seus habitantes não sabia sequer escrever o próprio nome? O objetivo seria alcançar somente as camadas letradas e portanto, a estratégia era elitista, uma vez que não contemplava a maioria pobre e analfabeta?

Não obstante o reduzido público leitor de jornais do Ceará Primeira República, tendo em vista o elevado índice de analfabetismo, principalmente entre as classes populares, Geraldo Nobre relata um cenário editorial amplo e diversificado, contabilizando quase duzentos periódicos editados ao longo da década de 1920 no Estado do Ceará. (NOBRE, 2006:139)

O elevado número de gazetas circulando em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX traz à tona esta questão. Praticamente todos os grupos políticos possuíam um jornal como porta-voz. Um jornal poderia ser lido por uma pessoa razoavelmente letrada que tornava-se um agente multiplicador, na medida em que transmitiria e comentaria seu conteúdo à sua família e/ou círculo de convivência. Para uma causa política esse circuito de divulgação era essencial.

Em momentos de tensão entre grupos antagônicos, não raro ocorriam empastelamento de redações. Trabalhadores e sindicatos também faziam amplo uso dos meios impressos como instrumento de luta, mesmo na clandestinidade, de forma que se

pode pensar a imprensa como um palco de embates. Para coibir estas disputas e minimizar as críticas ao governo federal, foi aprovada em 1923 a Lei de Imprensa, conhecida como Lei Adolfo Gordo (em referência ao parlamentar que foi seu proponente) ou Lei Infame (como foi alcunhada por seus opositores). O dispositivo jurídico vedava o anonimato em artigos jornalísticos e obrigava as folhas a identificarem nominalmente os autores de críticas políticas. Foi mais uma medida repressora do governo Bernardes para conter as manifestações de opositores. (CARONE, 1974:359)

Uma fonte importante para analisar a configuração da imprensa confessional em Fortaleza é o *Correio Ecclesiástico*. Trata-se de um pequeno jornal de circulação interna do então Bispado do Ceará. Em 1913, este documento mostra a gênese da ação católica no Ceará, capitaneada por D. Manuel, que iria se consolidar na década seguinte. Com relação à postura política a ser adotada pela folha, fica evidenciado o caráter partidário que a gazeta confessional deveria assumir:

O bom jornal será aceito por todos os parochianos com a condição de não tratar de política, senão pelo lado que diz respeito aos interesses da Igreja, não combatendo nenhuma opinião política, não offendendo a nenhum partido, a não ser que este partido ou aquela opinião se declarem directa ou indirectamente contra a religião catholica. (CORREIO..., 1913:106)

As iniciativas de D. Manuel não eram pontuais. Os periódicos confessionais foram gestados através de discussões que estavam se processando em nível nacional e que mobilizava a hierarquia católica do país já nos primeiros anos do século XX. Seguindo esse direcionamento, clérigos fundaram em 1910 na cidade de Petrópolis, a Liga da Boa Imprensa, cujo objetivo era promover e amparar o periodismo.

Fruto desse projeto surgiu em 1915 “O Correio de Ceará”, nascido da parceria entre a Arquidiocese de Fortaleza e o jornalista Álvaro da Cunha Mendes. O *Correio do Ceará* era um jornal de circulação diária, fundado em Fortaleza em 1915. O vespertino era de propriedade de Álvaro da Cunha Mendes, dono do Estabelecimento Gráfico A.C. Mendes, que além de funcionar como tipografia, executava serviços gráficos variados. Passaram por sua redação importantes intelectuais católicos da cidade, como Andrade Furtado e Leonardo Mota, além do escritor Antônio Sales. O diário foi o pioneiro no

jornalismo informativo da cidade e também o grande inovador da imprensa cearense na década de 1910.

O Nordeste foi fundado em 1922 e circulou até 1967. Sua data de fundação é emblemática, pois “simbolicamente, o ano de 1922 funciona como uma espécie de catalisador de muitas reivindicações que se apresentavam à época na medida em que nele se comemorou os cem anos do Brasil como país independente.” (LAHUERTA, 2003:224). No presente trabalho, esta gazeta ganha maior destaque em relação ao *Correio*, pelo fato de que tinha uma atuação mais acentuadamente militante que seu confrade.

Logo nos primeiros números, *O Nordeste* justifica a necessidade da Igreja demarcar seu posicionamento político através de um jornal.

Negar o poder da palavra escripta, o valor da imprensa, nos tempos que correm, é uma cegueira que não se pode aceitar. As pessoas observadoras notam uma fome de leitura se alastrando no seio de todas as camadas sociaes. Nos bondes, nos trens, nos vapores, nas praças, nas ruas e nas casas, por toda a parte encontramos os nossos semelhantes com livros, jornaes e revistas. Chreanças, moços, velhos, pobres e ricos, letrados e ignorantes, todos gostam de ler alguma cousa. (O NORDESTE, 1922:1)

O diário cearense contemplava artigos de clérigos e leigos, além de reproduzir cartas e comunicados de bispos e do Papa. A divulgação do jornal era feita nas paróquias, com o suporte dos párocos. O vespertino vangloriava-se de ser aquele com maior número de assinaturas no estado, posto alcançado mediante o empenho do clero na divulgação junto aos fiéis. Com o objetivo de ampliar a quantidade de assinaturas e de leitores, agentes da gazeta viajavam ao interior do estado com o intuito de promovê-la. Desde os primeiro exemplares o periódico declarou-se com firmes propósitos de saneamento moral e ressaltou o fato de não ser ligado a nenhum partido político.

A primeira edição do diário data de 29 de junho de 1922. No número inaugural, D. Manoel da Silva Gomes destacou que o jornal iria dedicar-se aos interesses da religião, mas salienta que não seria o órgão oficial da Arquidiocese.

Nascendo sob os auspícios da Religião, a cujos sublimes interesses se vae dedicar ainda que sem a feição de um jornal puramente religioso, merece “O Nordeste” nossos applausos e nossas bençams. Á semelhança do “Correio do Ceará”, também jornal de orientação

catholica, não sera elle organo official da Archidiocese, conservando-se autonomo dentro dos limites da disciplina e dos ensinamentos da Igreja. (O NORDESTE, 1922:1)

Apesar das palavras de D. Manoel, são muitas as evidências que apontam para a estreita ligação entre a Arquidiocese e o jornal. A folha dedicava espaço para as comunicações e circulares do governo arquidiocesano e visitas do arcebispo à redação eram regularmente registradas. Notícias relativas à Santa Sé também ganhavam destaque, assim como encíclicas e comunicados do Papa. Contava com a colaboração eventual ou fixa de membros do clero, como o Padre Antônio Tabosa Braga, vigário-geral da Arquidiocese, que além de escrever uma coluna que circulava em dias alternados, era um dos mais ativos promotores do jornal. Após uma temporada no interior do Ceará a serviço da Arquidiocese, chegou a angariar mais de duas mil assinaturas para *O Nordeste*.

A direção de redação da folha cabia a Manuel Antônio de Andrade Furtado, bacharel em Direito, professor, jornalista e um dos intelectuais mais atuantes da cidade, com passagem por várias organizações católicas de Fortaleza. Anteriormente fora redator-chefe do *Correio do Ceará*, também confessional.

Parte das notícias chegavam através de telegramas ou eram veiculadas a partir da leitura de periódicos de outros locais, principalmente os jornais católicos. Contava com artigos sobre política, esportes, página literária, página feminina, assuntos religiosos e notícias sobre o cotidiano da cidade. À primeira vista não se diferenciava de uma folha não-confessional.

A imprensa fazia parte da estratégia da Igreja tanto no sentido de pressionar o poder civil quanto de mobilizar a opinião pública. Nas palavras do falecido papa Pio X, “um bom jornalista vale mais do que meia dúzia de pregadores”. (O NORDESTE, 1925:1). A conturbada década de 20 era também uma época de tomada de posições “a imprensa neutra, que ora elogia, ora deprime, exalta ou rebaixa, apotheoseia e exproba com a mesma vehemencia, os actos e decisões da Religião é, não ha negar, o inimigo temível da hora presente.” (O DIA..., 1925:1)

Manter o jornalismo católico não era tarefa fácil, pois envolviam custos elevados. As vendas ocorriam através de pregoeiros no Centro da cidade, de algumas agências representantes nos bairros mais afastados e nos pátios das igrejas, após as

missas. Anúncios também eram importante fonte de arrecadação. Mas o grosso da receita vinha das assinaturas, fonte essencial para a manutenção do jornal.

Monsenhor Tabosa Braga, colaborador do *Correio do Ceará* e de *O Nordeste* era um dos mais atuantes promotores da “Boa Imprensa” no Ceará. A respeito do surgimento deste último e sobre o papel do órgão informativo, comenta:

[...] Representa elle uma justissima aspiração do clero e dos catholicos do Ceará[...] A nossa terra não necessita mais de jornaes politicos, precisa de um orgão de leitura desapaixonada e sadia que oriente com intelligencia e patriotismo o povo no cumprimento dos seus sagrados deveres para com Deus e para com os seus semelhantes. (TABOSA, 1925:1)

A folha também mantinham uma livraria homônima que comercializava livros religiosos o obras do laicato católico. O Jornal se engajava nas campanhas promovidas pela Arquidiocese, como a construção da coluna do Cristo Redentor em comemoração ao centenário da independência. Também deixava claro seu firme propósito de militar em defesa da causa católica.

Intelectuais católicos

Ao tratar sobre a atuação da imprensa confessional em Fortaleza, é necessário fazer uma análise dos sujeitos que integravam o segmento jornalístico católico. Parte do movimento leigo era encampado pelos intelectuais, e foram estes que, na condição de administradores, redatores ou colaboradores levaram à frente a empreitada dos periódicos católicos, coadjuvados pelo clero. A articulação entre clérigos e laicato é um elemento fundamental para compreender a ação política e social da Igreja nas últimas décadas da Primeira República.

Para mobilizar a população católica, o espaço das letras era um canal privilegiado para a atuação da coalisão hierarquia/laicato, notadamente o espaço da imprensa. Nela, o elemento leigo ganha proeminência na ação católica.

Ao se discutir a militância da imprensa católica cearense na década de 20, faz-se necessária uma reflexão sobre a atuação da intelectualidade local. Em meio à crise em que o país mergulhara, estes homens de letras chamaram para si a responsabilidade de refletir sobre a delicada situação política do Brasil e traçar caminhos para superar as convulsões políticas e sociais enfrentadas naquele momento: “Em nenhum momento,

talvez da nossa história, foi tão necessário pensar o Brasil, como atualmente. A nenhuma geração, mais que a nossa, terá cabido a responsabilidade de sustentar o primado do espírito.” (CARDOSO, 1981:109)

Estes homens de letras não hesitavam em apontar os equívocos do regime político em curso há mais de 30 anos, sem entretanto, resolver os problemas endêmicos herdados do Império e aqueles engendrados pela própria lógica política republicana.

Sérgio Miceli destaca o protagonismo das elites não econômicas na política nacional. Eram homens advindos das camadas médias, com trânsito nas esferas governamentais e ligação direta ou indireta com os grupos oligárquicos dominantes. Não raras vezes, eram exerciam funções públicas. A escolha por caminhos institucionais também é clara, em contexto onde a via revolucionária já fora escolha de alguns setores para superar a ordem oligárquica. (MICELI, op.cit.:13)

Para os segmentos católicos, o intuito era influenciar os condutores da política nacional em uma intervenção mais efetiva em favor das demandas da Igreja. No início do século XX eram poucos os homens de letras que se engajavam na militâncias católica, quadro que alterou-se sensivelmente na década de 1920. Carlos de Laet foi um dos pioneiros da militância católica nos primeiros anos do século XX, quando o número de intelectuais que apoiava publicamente as ações da Igreja era reduzido. O propósito de recristianização dirigido ao Estado também buscava alcançar a intelectualidade católica, que era ao mesmo tempo agente e destinatária destas mudanças:

Mas os católicos não se limitaram a *resistir* à cultura e às instituições produzidas por estas elites secularizantes: criaram, além disso, suas próprias vanguardas intelectuais e forjaram um discurso político com características próprias, dentro de parâmetros que só eles poderiam recolher. (ROMANO, 1979:12)

Como figura basilar do movimento católico sobressaiu-se a figura de Jackson de Figueiredo. Ajudara a fundar a revista *A Ordem* e o Centro D. Vital, epicentro do associativismo intelectual católico.

No aspecto corporativo, o destaque nacional ficou por conta do Centro D. Vital, sediado no Rio de Janeiro, cuja fundação em 1922 pode ser tomada como um símbolo da renovação política das hostes católicas. (TRINDADE, 1979:7) Associações similares se formavam em todo Brasil. Esses grupos católicos eram leitores de ícones do

pensamento contra-revolucionário europeu, como Joseph De Maistre e De Bonald. Também apropriaram-se de Santo Tomás de Aquino, no sentido de buscar a conciliação entre fé e razão, em contraposição à racionalidade autônoma e/ou agnóstica dos livres pensadores (MONTENEGRO, op.cit.:141). Nacionalismo e catolicismo apareciam constantemente como dois elementos indissociáveis na reflexão dos pensadores católicos.

O processo de revitalização da intelectualidade leiga também chegou ao Ceará, na década ainda na década de 1910. A proposta do laicato cearense estava integralmente em sintonia com o movimento leigo como relata Severino Sombra:

[...] isso que nós queríamos fazer no Brasil, uma renovação intelectual católica, porque achávamos que a intelectualidade católica tinha ficado mais ou menos parada, ou não se tendo atualizado, e nós queríamos dar uma vida nova, uma atualização à vida intelectual brasileira. (MONTENEGRO, op.cit.:118)

Em 1913 foi fundado o Círculo Católico de Fortaleza, um espaço de debates que aglutinava a intelectualidade católica local. O Círculo realizava reuniões mensais entre os associados e promovia conferências, onde eram discutidas temas relacionados à religião, à ciência e à política. Eram proferidas pelos sócios ou por conferencistas convidados, inclusive, de outros estados. Talvez houvesse nelas algum sentido pedagógico, já que as discussões não estavam restritas aos membros do Círculo. Estes eventos eram abertos ao público e frequentados por uma platéia heterogênea, formado por mulheres, estudantes e por vezes, autoridades civis e eclesiásticas. A agremiação era formada por militares, comerciantes, jornalistas e profissionais liberais, como Barão de Studart, Menezes Pimentel, Fernandes Távora, Dolor Barreira, Gilberto Câmara, Leonardo Mota, Manuel Antônio Andrade Furtado e Álvaro da Cunha Mendes.

Os dois últimos eram, respectivamente redatores de *O Nordeste* e do *Correio do Ceará*. Ambos tiveram destacada atuação na vida política, cultural e religiosa de seu tempo. Correspondiam ao perfil almejado por D. Manuel da Silva Gomes para levar à frente o projeto das gazetas confessionais cearenses: “homens de vasta erudição, homens prudentes de doutrina segura e de obediência prompta às direcções ecclesiasticas”. (CORREIO, 1913: 106)⁴ Para a concretização do projeto da imprensa

⁴ *Correio Ecclesiastico*. Fortaleza, nov. 1913 p.106

confessional, carecia arregimentar alguns representantes da intelectualidade católica local, dispostos a colaborar com o intento da cúpula eclesiástica.

Apesar do predomínio do elemento leigo na revitalização da intelectualidade católica alguns clérigos realizavam incursões no mundo das letras: o Padre Antônio Tabosa Braga, Monsenhor Liberato da Costa, Padre Valdevino Nogueira, Padre Antônio Tomaz, dentre outros. Muitos desses religiosos integravam instituições como O Instituto do Ceará e a Academia Cearense de Letras.

É difícil detectar alguma originalidade na produção do laicato cearense. Muitos dos temas debatidos já estavam sendo discutidos nacionalmente e não raro, em momentos anteriores: o laicismo, o papel político e social da igreja, a obrigatoriedade do catecismo nas escolas, os limites da interação entre a religião e o Estado, etc. Muitas questões válidas para o Brasil cabiam perfeitamente na realidade política de muitos países da Europa e da América Latina, já que o relacionamento Igreja-Estado estava em crise no mundo ocidental desde fins do século XIX. Mas não se pode pensar em uma mera imitação ou reprodução de idéias, mas de uma circularidade nos debates.

Referências bibliográficas:

BEIRED, José Luís Benedicto. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História da República*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

CARONE, Edgar. *A República Velha II: evolução política*. São Paulo: Difel, 1974.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: REMOND, René (Org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem – A doutrina católica sobre autoridade – 1922-1933*. São Paulo: Unesp, 1996.

HERMAN, Jacqueline HERMANN. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Canudos, Juazeiro e Contestado. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, NEVES, Lucília de Almeida. *História do Brasil Republicano. v:1 O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

LAHUERTA, Milton. O século brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (Org.) *Pensar o século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil República: Cem anos de compromisso: (1889-1989)*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991.

_____. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

MARIA, Padre Júlio. *A Igreja e a República*. Brasília: Ed. UNB, 1981.

MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MIRANDA, Júlia. *O poder e a fé: discurso e prática católicos*. Fortaleza: UFC, 1987.

MOURA, Sérgio Lobo de. e ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Tomo III, 2º Vol, p. 348-370

NOBRE, Geraldo. *História do jornalismo cearense*. Fortaleza: NUDOC, 2006.

PINHEIRO, Francisco José. O processo de romanização do Ceará. In: SOUSA, Simone(Org.) *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1997.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

TRINDADE, Hélgio Trindade. Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

Fontes citadas

Correio Ecclesiastico. Fortaleza, nov. 1913 p.106

Vamos pra frente. O Nordeste. Fortaleza, 05 jul. 1922, p.1

O Nordeste. Fortaleza, 06 jun. 1922, p.1.

O Nordeste. Fortaleza, 02 fev.1925 p.1

O dia da Bôa Imprensa. *O Nordeste*. Fortaleza, 02 fev. 1925, p.1

TABOSA, Padre Antônio. Realidade consoladora. *O Nordeste*. Fortaleza, 07 jul. 1922, p.1